



O procurador Felipe, com o presidente do Supremo: "Paga-se o que é possível em cada momento"

231 Credores vão receber em longas prestações

Pelo fluxo de desembolsos atual, Estado levará cerca de 15 anos para quitar débito de precatórios

BRASÍLIA — O governo de São Paulo não reconhece R\$ 4 bilhões de uma dívida que os credores alegam ser de R\$ 9 bilhões. E o que considera legítimo — R\$ 5 bilhões — será pago em longas prestações, de acordo com a disponibilidade de caixa. A informação foi dada ontem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, pelo procurador-geral do Estado, Márcio Sotelo Felipe, em nome do governador Mário Covas. Por causa dessa dívida, 245 pedidos de intervenção federal deram entrada até ontem no STF e outros

1,2 mil estão a caminho.

"Paga-se o que é possível em cada momento", observou Felipe em entrevista coletiva. A dívida refere-se a precatórios — decisões judiciais contra o Estado em último grau de recurso, que o governo paulista não vem honrando desde a década de 80. No ano passado, os credores passaram a entrar com pedidos de intervenção federal no Estado. O primeiro processo, movido pelo servidor público Francisco Capuano, já está para ser julgado, com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República.

Segundo Felipe, o governo paulista já desembolsou R\$ 500 milhões desde janeiro do ano passado com o pagamento de precatórios. Os pagamentos obedecem a critérios

previstos na Constituição, com base nos quais o governo Covas montou um cronograma de pagamento. Pelo fluxo de desembolsos, o Estado levará cerca de 15 anos para quitar o débito. A maior senten-

ça é uma indenização de R\$ 800 milhões pela desapropriação da área do Parque Vila-Lobos. "Essa só será paga quando Deus der bom tempo", previu o procurador paulista.

**R\$ 4 BILHÕES
DE DÉBITO
NÃO SÃO
RECONHECIDOS**